

**O BRASIL DESCOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA: OS MUSEUS E AS CIÊNCIAS NATURAIS NO SÉCULO XIX.** Lopes MM. 2ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec/Editora UnB; 2009. 369p.

ISBN: 978-85-27104-25-8

A partir da década de 1980, foi empreendido um processo de renovação historiográfica na História das Ciências no Brasil. Contrapondo-se à visão de que não teria existido produção científica no Brasil até o início do século XX, os autores representativos desta tendência passaram a considerar características particulares de exercício da atividade científica no país que não se enquadravam no modelo analítico até então utilizado.

A novidade trazida por esses trabalhos foi uma mudança metodológica que, ao estabelecer uma interlocução com a história social, analisa as peculiaridades locais promovendo um esforço de contextualização da produção do conhecimento no Brasil. O processo de institucionalização das ciências foi então compreendido como um processo de implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas em um determinado espaço-tempo histórico.

Dentre os trabalhos pioneiros nesse tipo de análise está *O Brasil Descobre a Pesquisa Científica: Os Museus e as Ciências Naturais no Século XIX*. Neste livro, representante da perspectiva analítica antes comentada, as instituições científicas, no caso, os museus, são percebidos enquanto locais nos quais as questões relativas ao conhecimento se entrelaçam às demandas político-sociais. Um traço característico dessa historiografia à qual o livro está filiado é destacar os lugares de produção do conhecimento como elementos importantes no processo de institucionalização da ciência no país, do qual participam também os interesses da “comunidade” científica, os do Estado e/ou de particulares, e o perfil aplicado ou básico das atividades desenvolvidas.

Com mais de uma década de existência, foi lançada a segunda edição deste livro que se configura em um estudo acerca da institucionalização das ciências naturais no Brasil do século XIX. De acordo com a autora, esse foi um processo que recebeu especial abrigo nos Museus de História Natural. Nesse sentido, Lopes analisa a criação e os primeiros anos do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, do Museu Paraense Emílio Goeldi, do Museu Paulista, do Museu Paranaense e do Museu Botânico do Amazonas. A autora faz uma análise detalhada, apoiada em ampla documentação e bibliografia, das atividades científicas desenvolvidas nesses museus

durante o século XIX, enfatizando a dinâmica interna própria de cada uma dessas instituições, sua organização, diretores, assuntos priorizados por seus naturalistas e publicações. As relações estabelecidas com outros museus no país e no exterior, as disputas entre naturalistas nacionais e estrangeiros por estes espaços, a relação com os governos, bem como as contribuições ao ensino e o impulso que deram ao estudo das ciências naturais, sobretudo no que tange à sua aplicação na agricultura e na medicina, também são temas abordados no livro.

Em sua narrativa acerca do movimento dos museus no Brasil, Lopes distingue duas fases distintas que também direcionam a apresentação do trabalho. A primeira se estende das últimas décadas do século XVIII com a existência da Casa dos Pássaros e, a partir de 1818, do Museu Nacional, que atuaram no país como as únicas instituições desse gênero até 1860. Essa fase está representada no primeiro e no segundo capítulos do livro. O primeiro capítulo apresenta a Casa dos Pássaros como um entreposto colonial que teria fornecido os antecedentes para a criação do Museu Nacional do Rio de Janeiro. O segundo apresenta as primeiras décadas do Museu Nacional, as transformações sofridas e o seu percurso de consolidação enquanto instituição científica.

A década de 1860, com a organização de novos museus nas províncias, é o marco inicial da segunda fase que termina nos primeiros anos do século XX. Essa segunda fase da trajetória dos museus brasileiros é contemplada nos outros três capítulos que compõem a obra, e abordam desde a criação e os primeiros anos do Museu Paraense Emílio Goeldi, do Museu Paulista, do Museu Paranaense e do Museu Botânico do Amazonas até a participação destas instituições, e do Museu Nacional, no contexto científico internacional, e o papel desempenhado na institucionalização das ciências naturais no Brasil.

Além de considerar os contextos locais, o trabalho em questão também insere os museus tomados como objeto de estudo num plano internacional compartilhado pelas instituições museológicas na transição para o século XX. No capítulo 4, intitulado *O Movimento dos Museus Brasileiros no Contexto Internacional*, é possível perceber que, a despeito de suas dificuldades, os museus nacionais, assim como outros disseminados pelo mundo, não se restringiram a atuar apenas como repositórios de objetos. Essas instituições desempenharam suas funções de centros de pesquisa, buscando firmarem-se pela relevância de sua produção científica e de sua pesquisa experimental, e realizaram ainda, as funções de catalogação e classificação das coleções.

Destaco como uma importante contribuição do livro de Maria Margaret Lopes, dentre inúmeras outras, as luzes lançadas acerca do processo de institucionalização das ciências naturais no Brasil, que ocasionou a especialização científica e a valorização dos estudos experimentais. A crescente especialização das ciências naturais motivou, na passagem para o século XX, a constituição de novos espaços institucionais para a melhor adequação a seus fins. Sendo assim, deslocou dos museus para os laboratórios a prioridade dos estudos experimentais. A partir desse ponto, é possível

concluir que esses efeitos do processo de institucionalização, aos quais devem ser somados também a profissionalização dos naturalistas e as iniciativas realizadas em torno da educação em ciências naturais, tenham influenciado o desenvolvimento de diferentes áreas, incluindo aqui a saúde pública.

Contudo, e isto decorre do fato deste não ser o propósito da autora, pouco é desenvolvido sobre os legados do processo de institucionalização e as contribuições dadas às novas áreas do conhecimento que começavam a se constituir. Porém, essa pode ser uma boa porta de entrada para trabalhos futuros. Aliás, o que não falta neste livro, em parte devido ao grande número de dados e informações apresentadas, são sugestões de temas a serem estudados. Dentre outras, cito pesquisas sobre os intercâmbios entre os museus brasileiros e seus pares no contexto internacional, a importância destas instituições como locais de divulgação científica e a trajetória de alguns naturalistas mencionados por Lopes, como Adolpho Ducke, por exemplo.

Desse modo, é interessante perceber que esta segunda edição surge num momento em que os esforços de compreensão do processo de institucionalização das ciências no Brasil já são mais numerosos do que eram dez anos atrás, e isto se deve, em grande medida, à motivação acarretada por trabalhos pioneiros como este. Embora seja datado, como a própria autora afirma no prefácio desta mais recente edição, o livro continua, após mais de uma década de existência, a ser um convite ao entendimento das ciências naturais do século XIX. É verdade que algumas das questões apontadas neste livro como, por exemplo, a necessidade de inserir contextos locais e especificidades científicas nacionais nas análises, passaram a ser mais contempladas nesse intervalo entre a sua primeira e segunda edições. No entanto, os objetos a serem estudados não foram de modo algum esgotados, ao contrário, foram ampliados a partir desta perspectiva. Ao demonstrar que as ciências naturais do século XIX devem ser compreendidas como ciências históricas, museológicas, políticas, constituídas nas práticas dos médicos, engenheiros, naturalistas, em espaços como museus, jardins, institutos geológicos e hospitais, Maria Margaret Lopes ampliou nossas possibilidades de estudo.

Ingrid Fonseca Casazza  
Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz,  
Rio de Janeiro, Brasil.